

nova escola

ANO 32 Nº 302 MAIO 2017

R\$12,90 novaescola.org.br

INCLUI A REVISTA
**gestão
escolar**

A fé e a escola

Falar sobre o tema ainda é tabu.
O espaço – e o limite – da religião no ensino

INCLUSÃO

O desafio de ensinar
Matemática para
alunos cegos

DIA DAS MÃES

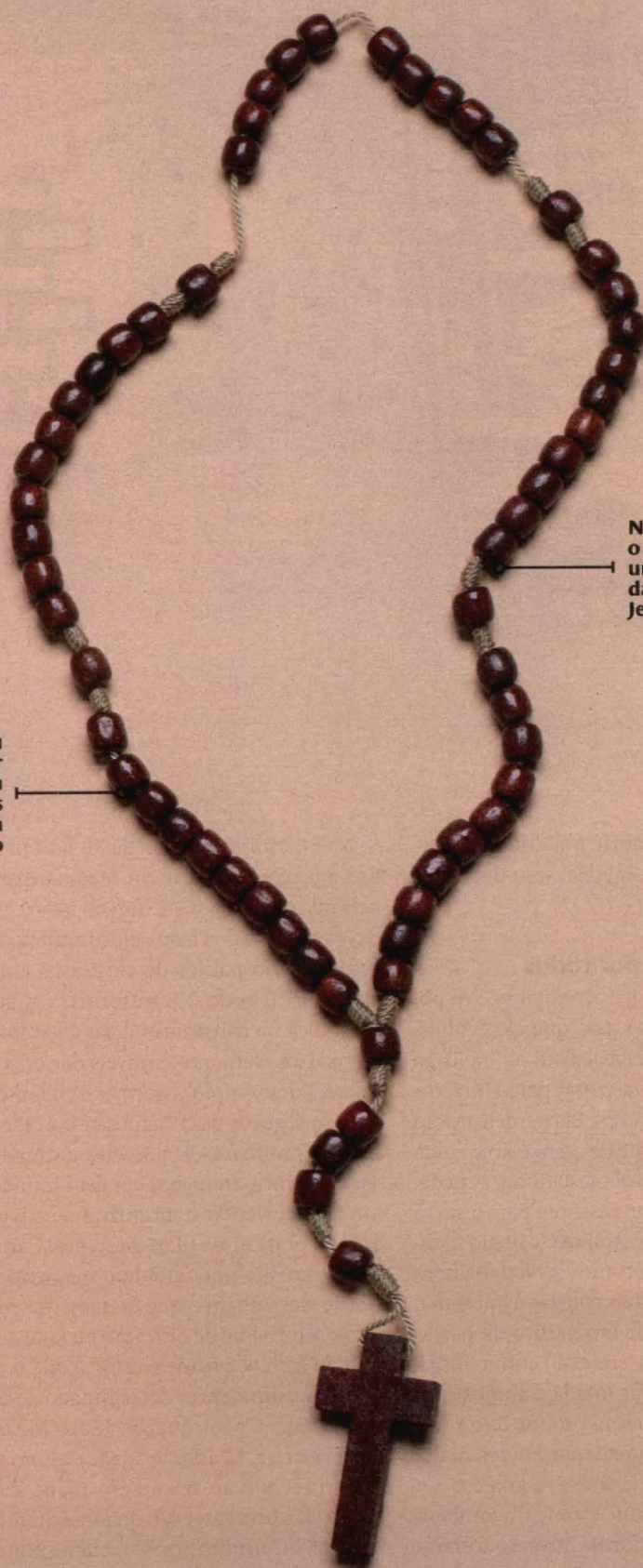
Comemorar ou não?
E como respeitar
todas as famílias?



CAPA Religião

O terço surgiu para facilitar a contagem de orações envolvidas em um rosário

No catolicismo, o objeto simboliza uma parte específica da trajetória de Jesus Cristo



Entre a cruz e a sala de aula

Apesar de polêmico, o diálogo do currículo e das práticas escolares com a fé individual de alunos, professores e famílias é possível. Veja como respeitar as tradições religiosas sem fazer proselitismo

Texto e edição WELLINGTON SOARES ■ Design PATRICK CASSIMIRO

Na cidade de Aparecida, no interior de São Paulo, a religião faz parte do cotidiano de quem vive no local. É ali que se encontra o maior templo católico do país e o segundo maior do mundo. O Santuário Nacional de Aparecida atrai anualmente mais de 12 milhões de fiéis, movimentando a economia e a vida cotidiana da cidade.

Na EMEF Professora Marieta Braga, aulas de turismo fazem parte do currículo dos anos finais do Ensino Fundamental. Além disso, duas grandes festividades religiosas mobilizam a escola: “Tanto na festa de São Benedito, padroeiro da cidade, quanto na festa de Nossa Senhora Aparecida, costumamos discutir com os alunos a influência religiosa na cidade, a história do município e as tradições locais”, conta Fernanda Guimarães, coordenadora pedagógica. Seria difícil que fosse diferente em um local tão pautado pela tradição católica. Mesmo em redes de excelência visitadas nos últimos meses por NOVA ESCOLA, como Sobral (CE) e Novo Horizonte (SP), as práticas religiosas se mostram presentes. “O lugar onde uma

escola está situada e a história da região influenciam diretamente as práticas de sala de aula”, comenta Gabriela Abuhab Valente, que estuda as relações entre religião e Educação em seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP).

Mas a ligação entre as práticas religiosas e a escola é polêmica. Em tese, a laicidade do Estado garante que nenhuma religião deve ser privilegiada. Na prática, ou uma determinada crença acaba valorizada ou se cria um silêncio sobre as práticas religiosas. Qual o melhor caminho a seguir? Vedar as discussões sobre religião é censura? Como considerar as fés e tradições? Como equilibrar a crença pessoal e a função educadora da escola?

Responder parte dessas perguntas era o objetivo do capítulo sobre Ensino Religioso presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas o texto foi retirado da terceira versão do documento. O argumento do Ministério da Educação (MEC) é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui aos estados e aos municípios a responsabilidade de definir os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso. O Fórum

CAPA Religião

Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper) contesta. A entidade tem reunido professores e especialistas para debater a exclusão da disciplina e afirma que a alteração viola diretrizes dadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Especialistas em direito educacional defendem a postura do MEC. “A interpretação que fundamenta a primeira e a segunda versões da BNCC foi um erro, pois desconsiderou a LDB e a Constituição Federal”, afirma Ana Elisa Spaolonzi Assis, professora do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais da Universidade de

Campinas (**Unicamp**). Ainda assim, o Fonaper promete pressionar pela reinserção da área na versão final do documento.

A disputa sobre a presença da disciplina na Base Nacional Comum Curricular é a mais recente de um longo histórico de embates. “Cada vez que esse problema compareceu à cena dos projetos educacionais, sempre veio carregado de uma discussão intensa em torno de sua presença e factibilidade em um país laico e multicultural”, complementa Carlos Roberto Jamil Cury, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no artigo *Ensino Religioso na Escola Pública: o Retorno de uma Polêmica Recorrente*.

Ainda hoje, três grandes grupos se enfrentam na discussão. O primeiro é formado, principalmente, por movimentos religiosos que enxergam nas escolas um ambiente propício para espalhar doutrinas. Para eles, o Ensino Religioso deve ser confessional, ou seja, servir como espaço para formação de fiéis de uma religião – o cristianismo e, mais especificamente, o catolicismo no caso brasileiro. Um segundo grupo é contra qualquer conexão entre religião e escolas. Eles defendem que o estado é laico e, portanto, não deve se debruçar sobre nenhum tema relacionado à fé. Um terceiro grupo, ao qual o Fonaper está ligado, defende uma nova concepção para o Ensino Religioso, que encare as manifestações religiosas sob o ponto de vista das Ciências Humanas. Apenas esta última tem respaldo na atual legislação educacional.

Um histórico de indefinição

Quando o Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) deixou Portugal para a primeira expedição jesuítica à América, trazia consigo um objetivo claro. Aqui, criaria instituições onde se alfabetizariam meninos e se converteriam os pagãos que habitavam a nova colônia ao catolicismo. Assim se fez e, nos mais de cinco séculos que sucederam a chegada dos jesuítas ao país, a relação entre a Igreja e a escola seguiu tão complexa e difícil quanto a relação do próprio Estado brasileiro com a Igreja.

Desde a Constituição Federal de 1891 – primeira após a proclamação da República –, a Educação pública é definida como laica, o que significa que

O que fazer

APRESENTAR MITOS E TRADIÇÕES

Discuta símbolos, histórias e rituais de religiões de diferentes origens e estabeleça paralelos entre eles.

DISCUTIR VALORES

Apresente princípios e discuta como eles se traduzem em ações práticas.

DISCUTA A NÃO RELIGIOSIDADE

Abra espaço também para discutir o pensamento de ateus e agnósticos.

CONTEXTUALIZE

Mostre como diferentes entidades religiosas influenciaram aspectos políticos e econômicos da História.

O que não fazer

SIMULAR RITUAIS

Não faça simulações de ritos. A pesquisa pode se basear apenas em textos e imagens.

INCORPORAR PRÁTICAS RELIGIOSAS AO COTIDIANO

A escola é diversa. Por isso, não a transforme em templo, praticando orações ou outros rituais.

USAR RELIGIÃO COMO ARGUMENTO MORAL

“É pecado” e “Deus não gosta” podem ser substituídos por valores universais, como respeito e paz.

DESCONSIDERAR A RELIGIÃO DOS ALUNOS

Leve em consideração e respeite as diferentes crenças da turma.

FOTOS RICARDO TOSCANI



No livro de Gênesis, a maçã representa o pecado original

Nos mitos e textos sagrados, alimentos têm papel de destaque

Velas e fogo podem simbolizar um canal de comunicação com os Deuses

É comum também que o objeto seja usado como oferenda em rituais afro-brasileiros



CAPA Religião

ela deveria se distanciar igualmente de todas as religiões. Apesar disso, as versões da Carta Magna implantadas a partir de 1934 definem a obrigatoriedade do Ensino Religioso. A pressão popular tem papel fundamental nisso. “Existe, de fato, uma expectativa das famílias para que algumas doutrinas sejam repassadas na escola”, esclarece Gabriela. Prova disso foi a pressão exercida pela sociedade civil durante a formulação da Constituição de 1988. O texto não citava a obrigatoriedade da disciplina até que uma proposta de emenda apresentada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com mais de 750 mil assinaturas foi levada à discussão. Hoje, ele é de oferecimento obrigatório, mas de matrícula optativa, segundo o texto em vigor.

A LDB dá mais detalhes sobre como a sua implantação deve ocorrer. Em 1996, o texto aprovado definia que o Ensino Religioso poderia ser confessional (repassando uma religião específica, de acordo com a preferência dos alunos ou dos

pais) ou interconfessional (com a mistura de religiões diversas na mesma disciplina). Em 1997, o trecho foi alterado e passou a constar que estão “vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

A nova redação consagra uma visão laica da disciplina e teria como objetivo assegurar que a pluralidade de religiões e ideias estivessem presentes em sala de aula. Na realidade, não foi o que aconteceu. Na mesma alteração, o governo federal repassou às redes a responsabilidade de definir os conteúdos da disciplina. Ao fazer isso, abriu margem para que uma variedade grande de encaminhamentos ganhasse espaço no país. “Hoje o que acontece, a maior parte das vezes, é ainda um ensino confessional”, explica Simone Riske Koch, professora da Universidade Regional de Blumenau (Furb) e coordenadora da rede nacional de licenciaturas em Ensino Religioso.

O que o Fonaper defende é que, para que a situação se altere, seria fundamental uma regulamentação nacional dos conteúdos da formação de professores que atuam na área e dos objetivos de aprendizagem da disciplina, papel que a BNCC deixou de cumprir ao ter o texto sobre Ensino Religioso retirado. “É um tanto contraditório: a disciplina oficialmente existe no currículo, mas o MEC não quer dar orientações”, diz Simone.

O que ensinar sobre religião

Na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, o Religious Literacy Project (Projeto para o letramento religioso, em tradução livre) se dedica a preparar materiais e oferecer formações para que religiões sejam discutidas em sala de aula. Por lá, a disciplina não é obrigatória, mas Diane Moore, professora responsável pelo projeto, acredita na importância de se ensinar sobre o tema. “É fundamental que cidadãos aprendam sobre o poder das religiões”, afirma.

A proposta se desdobra sobre o conceito de letramento religioso, que tem ganhado espaço nas discussões sobre Educação nos Estados Unidos, devido à crescente intolerância a religiões não cristãs, sobretudo ao islamismo. Moore defende uma abordagem científica, construída com base em saberes de campos das humanidades como a

Em muitas tradições, elementos da natureza são cultuados

Em práticas esotéricas e religiões asiáticas, os cristais podem canalizar diferentes energias

FOTOS RICARDO TOSCANI

Glossário

AULA DE RELIGIÃO Ainda comuns hoje, as aulas de religião se referem a disciplinas confessionais.

CONFESSIONAL Práticas atreladas a uma religião (confissão) específica ou a religiões de mesma origem (cristãs, por exemplo).

ENSINO RELIGIOSO Disciplina não confessional sobre os saberes científicos ligados às religiões.

CIÊNCIAS DA RELIGIÃO Área que conecta saberes da História, da Sociologia, da Antropologia e de outras Ciências Humanas.

LAICIDADE Conceito de separação entre Estado e práticas religiosas, marcado também pela liberdade de culto.

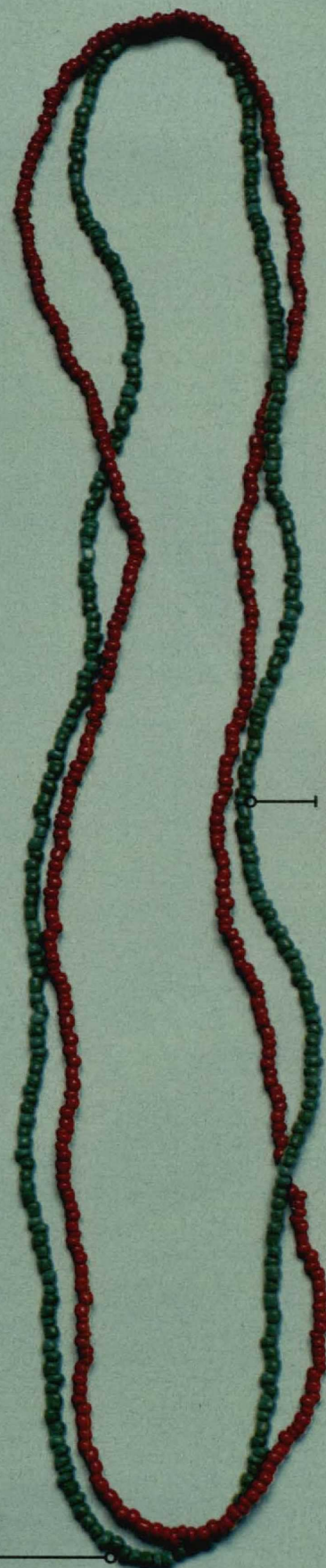
PROSELITISMO Valorização ou doutrinação de uma doutrina religiosa específica.

LETRAMENTO RELIGIOSO Conceito focado no ensino interdisciplinar da religião.

História, a Sociologia e a Antropologia. O objetivo final é fazer com que alunos e professores compreendam a fundo a religiosidade e valorizem a diversidade de credos existentes.

O projeto se baseia em três pontos fundamentais para diferenciar o estudo científico das religiões da sua prática:

- 1) Religiões são diversas internamente.
- 2) Religiões evoluem e se modificam ao longo do tempo e não são estáticas.
- 3) Influências religiosas estão incorporadas em todas as dimensões da cultura, e não se restringem apenas a contextos privados.



Adornos são comumente adotados por algumas religiões

No candomblé, os colares são chamados de guias e representam o orixá de cada fiel

CAPA Religião

Os textos sagrados
– escritos ou orais –
estão presentes em
todas as religiões



O Velho
Testamento
é respeitado
também pelo
islamismo e
pelo judaísmo

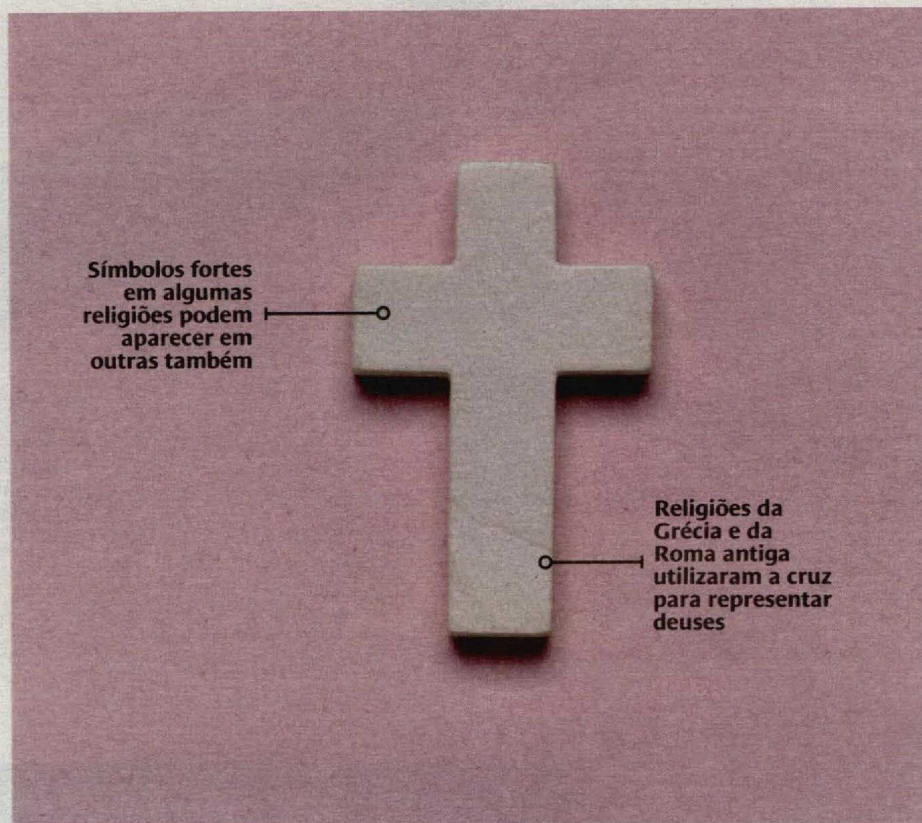
O projeto também defende que a abordagem do tema leve em consideração algumas limitações na interpretação das religiões. Para isso: 1) a abordagem deve ser multidisciplinar; 2) as conclusões tiradas precisam ser entendidas como situadas em um determinado contexto – e não universais –; e 3) o contexto deve ser levado em conta em relação aos documentos analisados, a quem os analisa e todos os outros elementos envolvidos na análise, o que implica que as análises são observadas por filtros específicos. Trata-se do que eles chamam tecnicamente de abordagem cultural.

No Brasil, essa visão científica se incorpora a outros princípios que acabaram delegados às aulas de Ensino Religioso, como o ensino de valores e o respeito à diversidade e aos direitos humanos. Para Telma Vinha, professora de Psicologia Educacional da **Universidade de Campinas (Unicamp)** e colunista de **GESTÃO ESCOLAR**, a abordagem pode contribuir na discussão sobre princípios de convivência na escola, mas o trabalho não pode se restringir às aulas dessa disciplina. “Quando se trabalha com a moral na perspectiva da religião, fala-se de uma moral única. Os valores trazidos pelas religiões são importantes, mas elas funcionam ditando normas e costumes que nem sempre são válidos para quem não é de determinada religião”, afirma a especialista.

Abordar diversas crenças

A recomendação é que elementos comuns a diversas crenças sejam abordados. “Todas as religiões possuem mitos de criação do mundo, têm símbolos importantes e tradições”, exemplifica Simone Riske-Koch, da Furb. Na escolha dos que devem estar presentes, a diversidade é fundamental: devem incluir tanto as religiões dos alunos presentes quanto outras, desconhecidas para a turma, como religiões asiáticas ou de matrizes indígenas, africanas e afro-brasileiras.

A professora Djanna Zita Fontanive, em Rio do Sul (SC), usa uma discussão sobre os alimentos para abordar a diversidade religiosa com as turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. A sequência didática começa com apresentações das crianças sobre quais comidas são consumidas em datas



comemorativas religiosas em suas famílias. Em seguida, a turma é convidada a refletir sobre como outras tradições utilizam os alimentos de maneira sagrada. Por exemplo, em tradições indígenas, há lendas sobre o nascimento da mandioca ter acontecido sobre o túmulo de uma jovem tupi. Já em religiões de matriz africana, a pipoca – bastante presente no cotidiano das crianças – é utilizada para realização de oferendas a alguns orixás. “Quando se estuda as religiões cientificamente, damos aos alunos as ferramentas necessárias para que eles de fato compreendam a diversidade”, conclui Diane Moore, da Universidade Harvard. “Quanto mais se amplia o universo cultural da turma, mais fazemos com que eles vejam a religião de uma maneira crítica. Não para que eles queiram deixar de ser religiosos, mas para que entendam a religiosidade de maneira mais profunda”, complementa Telma.

CAPA Religião

Objetos são recorrentes em diversos rituais, como o incenso nas religiões asiáticas



Na Bíblia cristã, ele é ofertado pelos reis magos na ocasião do nascimento de Jesus Cristo

FOTOS RICARDO TOSCANI

Perguntas e respostas**Como conversar com pais que veem conflito entre a escola e a sua religião?**

Vale uma autocrítica. Reflita se as aulas estão, de fato, sendo inclusivas e respeitosas a todas as religiões, o que não significa deixar de lado os conhecimentos científicos que a escola tem por obrigação ensinar. Se estiver seguro que o tratamento é adequado, converse de maneira tranquila. Exponha os objetivos do trabalho e esclareça que a intenção não é converter os alunos ou fazer com que eles deixem de seguir a religião da família, mas que aprendam a conhecer e respeitar a diversidade religiosa.

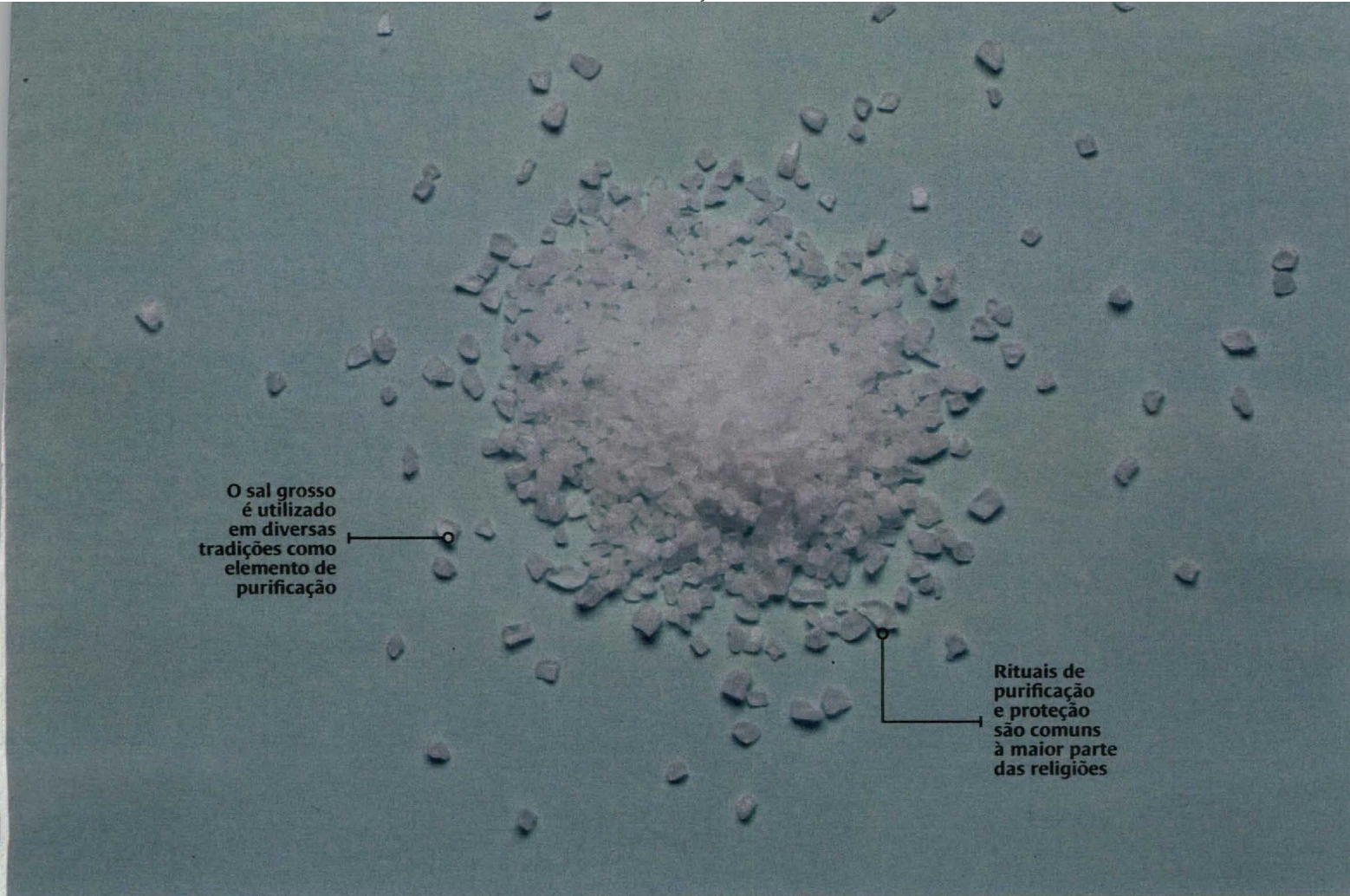
Como agir quando questões como os direitos humanos entram em choque com crenças?

Apesar da abertura para discussão, alguns fundamentos são princípios inegociáveis. Na escola, os direitos humanos, o respeito e a convivência democrática são alguns deles. Quando eles são desrespeitados, é necessário aprofundar a discussão. Nesses casos, vale levantar

com a turma alguns valores fundamentais das religiões e pensar, em conjunto, como eles se aplicam em ações relacionadas a esses temas.

O que fazer se o debate entre religiões se tornar acalorado em sala de aula?

O respeito deve pautar todas as discussões. A perspectiva adotada em classe não pode se basear em discutir as diferentes versões em busca de uma correta. Ao debater os diferentes mitos sobre a criação do Universo, por exemplo, o professor deve estimular a escuta dos alunos. Em casos de versões parecidas mas conflitantes, como pode acontecer entre variantes de uma mesma religião – entre cristãos católicos e cristãos evangélicos, por exemplo –, vale abrir o debate para explorar mais a fundo as diversidades dentro de uma mesma matriz. Dá para aprofundar a discussão mostrando como em outras matrizes isso também acontece. As histórias dos orixás africanos, por exemplo, podem variar muito dependendo do local onde a religião é praticada.



O sal grosso é utilizado em diversas tradições como elemento de purificação

Rituais de purificação e proteção são comuns à maior parte das religiões

Do pessoal ao educacional

Um tema tão delicado requer cuidados extras. A religiosidade de professores, gestores e famílias deve ser levada em consideração. “O professor não deixa de ser religioso ao entrar em sala de aula, assim como os pais têm expectativas sobre o tema e tudo isso deve ser tratado de maneira delicada”, defende a pesquisadora Gabriela Valente, da USP. Mas não pode interferir no trabalho pedagógico.

No caso dos professores, a recomendação mais importante é evitar privilegiar a própria religião e tratar respeitosamente as outras. Não dá para comparar religiões desconhecidas com magia negra ou diminuí-las, por exemplo. O caminho para isso é procurar formação diretamente com comunidades religiosas, por meio de universidades que ofereçam a licenciatura em Ensino Religioso ou mesmo com colegas especialistas na disciplina.

Ao lidar com pais, também é fundamental estar bem preparado, principalmente para argumentar sobre as escolhas feitas em sala de aula. Nesses momentos, é preciso ter na ponta da língua as justificativas para tratar determinados temas. O principal argumento deve ser sobre a função

da escola de apresentar conhecimentos e saberes às turmas e representar a diversidade cultural brasileira. O objetivo, vale reforçar, não é converter os alunos. Além disso, deve-se tomar cuidado para que a postura religiosa das famílias não interfira nos conteúdos das disciplinas. É comum que pais reclamem, por exemplo, de aulas sobre astronomia, teorias da origem do Universo e evolucionismo. “Nessas horas, a conversa deve ser pautada pela diferença entre os saberes que são construídos cientificamente e precisam ser ensinados na escola e as crenças, que podem ser ensinadas em casa ou nas comunidades religiosas”, diz Gabriela.

Também não são raros os casos de pais que discutem contra a abordagem de temas relacionados aos direitos humanos na escola. Nos dois casos, é preciso argumentar sobre o distanciamento das práticas individuais. “É importante separar o que acontece na escola do que pode rolar no âmbito familiar”, ressalta Telma Vinha.

O trabalho com o tema não deixa de ser desafiador, mas com respeito às religiões e aos conhecimentos científicos é possível construir pontes entre o cotidiano escolar e a fé de todos. ■